

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 09.348.076/0001-87

Código ISIN das Quotas: BRVFPBCTF009

Administração

VISION

BRAZIL INVESTMENTS

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, São Paulo – SP

Distribuição



Banco Santander S.A.

Rua Amador Bueno, n.º 474, São Paulo – SP

Distribuição pública de 1.000.000 (um milhão) de quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do VFPB Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando:

R\$ 1.000.000.000,00
(um bilhão de reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/03, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo a seus quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no Regulamento (conforme abaixo definido).

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), a ser conduzida pelo Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.400.888/0001-42, contratada pela VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"), para realizar a Oferta das Quotas da Primeira Emissão. A Primeira Emissão é composta por 1.000.000 (um milhão) de Quotas com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

O Fundo foi constituído e a Primeira Emissão de Quotas do Fundo deliberada, por ato único do Administrador, em 30 de janeiro de 2008, sendo que o regulamento em vigor do Fundo foi registrado no 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 14 de maio de 2008, sob n.º 1023001 ("Regulamento"). **A Oferta foi registrada na CVM, em 4 de março de 2008, sob n.º CVM/SRE/RFP/2008/009, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.**

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador do Fundo mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção III deste Prospecto, nas páginas 20 a 22.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 19 de maio de 2008

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	05
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta	12
Negociação das Quotas	16
Custos de Distribuição Pública das Quotas	16
Outras Informações	17
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	19
Declaração do Administrador	19
3. FATORES DE RISCO	20
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	21
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	21
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	21
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	22
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	22
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	22
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	22
Outros Riscos	22
4. VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	24
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	25
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	25
Administração e Gestão do Fundo	25
Prestadores de Serviço do Fundo	26
Objetivo do Fundo	27
Investimentos do Fundo	27
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	29
Período de Liquidação dos Investimentos	29
Emissão de Novas Quotas	30
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	30
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	34
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	35
Inadimplência dos Quotistas	36
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	37
Assembléia Geral de Quotistas	38
Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses	38
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	39
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	40
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	41

Atendimento aos Quotistas.....	44
--------------------------------	----

5. ANEXOS	45
------------------	-----------

Anexo I - Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão

Anexo II – Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo

Anexo III - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo IV - Declarações do Administrador e do Distribuidor, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29
Auditores Independentes	BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, n.º 1461, 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 67.634.717/0001-66
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Capital Comprometido	Quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas que o subscritor se compromete a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura do boletim individual de subscrição e de cada Compromisso de Investimento
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Chamada de Capital	Cada chamada de capital aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, na medida em que o Administrador (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo

	Fundo
Companhias Fechadas	Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM
Companhias Investidas	Qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo
Compromisso de Investimento	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas
Custodiante	Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.400.888/0001-42
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável
Distribuidor	O Custodiante
Fundo	VFPB Fundo de Investimento em Participações
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
Novas Quotas	Novas quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão
Outros Ativos	Quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais

Partes Relacionadas do Administrador	As partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o Regulamento, quais sejam: (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente
Patrimônio Autorizado	O patrimônio autorizado do Fundo correspondente à R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais)
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, formado por até 1.000.000 (um milhão) de Quotas
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Administrador interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, busquem propiciar aos Quotistas o melhor retorno possível
Período de Investimento	O período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 10 (dez) anos
Preço de Emissão	O valor de emissão inicial de cada Quota, na Primeira Data de Emissão, representativa do Patrimônio Inicial, equivalente a

	R\$1.000,00 (mil reais)
Preço de Integralização	O preço de integralização das Quotas da Primeira Emissão do Fundo, em moeda corrente nacional, correspondente ao valor da Quota do dia útil imediatamente anterior à data da integralização aferido mediante a divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à data da integralização, exceto pelo preço de integralização das Quotas a ser desembolsado na data de realização da primeira integralização de Quotas, o qual corresponderá ao Preço de Emissão
Primeira Data de Emissão	A data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, formada por 1.000.000 (um milhão) de Quotas
Prospecto	Este prospecto do Fundo
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo e que representam o patrimônio do Fundo
Quotistas	Investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04 que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Quotista Alienante	O Quotista que deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade
Quotista Inadimplente	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Taxa de Administração	Taxa devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração e gestão ao Fundo, calculada de acordo com o disposto no Regulamento
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e

valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado.

A Oferta será conduzida pelo Distribuidor, que foi contratado pelo Administrador para realizar a Oferta, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento eqüitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, observado, ainda, que a Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, inexistindo reservas antecipadas e lotes mínimos e máximos de Quotas a serem colocadas no âmbito da Oferta.

As Quotas objeto da Oferta não são destinadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de quotas de fundos de investimentos em participações é restrito.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/2004, que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM, em 4 de março de 2008, sob n.º CVM/SRE/RFP/2008/009, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por 1.000.000 (um milhão) de Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$1.000,00 (mil reais) por Quota.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou de Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável. A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 11 (onze) anos contados da data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador

As Quotas da Primeira Emissão serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas, de acordo com os procedimentos descritos abaixo, observado, ainda, o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

Na medida em que o Administrador (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador comunicará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, nos termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Emissões de Novas Quotas, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, ao passo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao valor da Quota do dia útil imediatamente anterior à data da deliberação, pelo Administrador ou pela Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso, da respectiva emissão de Novas Quotas, calculado mediante a divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à data da deliberação de tais Novas Quotas.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Distribuidor, a qualquer momento a partir da publicação do anúncio de início da Oferta e até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04.
Subscrição e Integralização de Quotas	No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas

	<p>Quotas e/ou Novas Quotas, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 11 (onze) anos contados da data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM.</p> <p>O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.</p>
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	<p>O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do anúncio de início da Oferta, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.</p>
Modificação ou Revogação da Oferta	<p>O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta, pelos mesmos meios utilizados para divulgação do anúncio de início da Oferta. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.</p>
Divulgação do Resultado da Oferta	<p>O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, que ocorrerá após a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e/ou a subscrição da totalidade das Quotas, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.</p>

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais).

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, nos termos do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

A tabela abaixo traz uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
<i>Despesas de Registro</i>	<i>82.870,00</i>	<i>0,008287</i>
<i>Publicações*</i>	<i>10.000,00</i>	<i>0,001</i>
<i>Distribuidor</i>	<i>2.000,00</i>	<i>0,0002</i>
<i>Agência Classificadora de Risco</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Consultores Legais</i>	<i>50.000,00</i>	<i>0,005</i>
Total	144.870,00	0,014487

**Valores aproximados*

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)
<i>1.000,00</i>	<i>0,14487</i>

** com base no preço de emissão na data de emissão*

Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)
<i>1.000.000.000,00</i>	<i>144.870,00</i>

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.4. Outras Informações

2.4.1. Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador e/ou do Distribuidor, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua Hungria, n.º 514, 9º andar

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3817-1600

Fax: (11) 3817-1623

Correio Eletrônico: contact@visionbrazil.com

Website: www.visionbrazil.com

Custodiante/Distribuidor:

BANCO SANTANDER S.A.

Rua Amador Bueno, n.º 474, São Paulo – SP

Tel.: (11) 3012-5780

Fax: (11) 3012-7371

Correio Eletrônico: custodiasb@santander.com.br

Website: www.santanderoper.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo - SP

Website: www.cetip.com.br

2.4.2. Administrador e Custodiante

Administrador

O Administrador é uma empresa de gestão de investimentos constituída no ano de 2006 e, atualmente, concentra a sua atuação junto a investidores institucionais estrangeiros. O Administrador possui cerca de R\$ 1,2 bilhão sob sua gestão e foca suas atividades nos seguintes segmentos: agrícola, consumo, dívida reestruturada, imobiliário e terras. Além disso, o Administrador busca alinhar seus interesses com os dos seus clientes (investidores), ao assumir riscos condizentes com as transações de participações societárias que origina e estrutura para alocação em suas carteiras de gestão.

O Administrador é responsável pela gestão da carteira de investimentos dos seguintes fundos de investimento em participações: (i) Vision Agro Fundo de Investimento em Participações; (ii) Vision Agro II Fundo de Investimento em Participações.

Custodiante

O Grupo Santander possui vasta experiência na prestação de serviços a investidores institucionais locais e estrangeiros. Ao todo, são mais de 25 anos de experiência em prestação de serviços para este tipo de público na Europa, bem como na prestação de serviços de Custódia no Brasil, através da Corretora Banespa.

O Santander está entre os 12 maiores bancos do mundo por valor de mercado, sendo o maior banco na zona do Euro e a maior instituição financeira da América Latina.

No que se refere aos serviços de custódia, o Grupo Santander atua, hoje, em mais de 40 países pelo mundo, sendo 6 países na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela), onde se transformou em um dos maiores provedores destes serviços, atuando como provedor regional de serviços para clientes institucionais e corporativos de grande porte.

É o primeiro e único custodiante na América do Sul com *rating* em serviços de custódia (*Standard & Poors* - Agosto/05), recentemente reafirmando seu *rating* de **"Above Average"** (*Standard & Poors* – Janeiro/08).

Devido à qualidade dos serviços oferecidos aos seus clientes, o Santander foi apontado nos anos de 2004 e 2005 como o melhor Custodiante doméstico em atuação no Brasil, conforme pesquisa efetuada pela *Global Custodian Magazine* em Dezembro de 2004 e 2005, junto aos contratantes dos serviços. Além disso, o Custodiante também é signatário do Código de Auto-Regulação de Serviços Qualificados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID desde o seu lançamento, o que assegura a conformidade de seus serviços com as melhores práticas de mercado.

Atualmente, no Brasil, o Santander possui ativos de clientes em custódia no valor de R\$ 101 Bilhões, assim divididos basicamente: (i) R\$ 65,7 bilhões administrados pelo próprio Santander; e (ii) R\$ 35,3 bilhões

administrados por terceiros sob a responsabilidade da Global Securities Brasil (Fonte: ANBID – Outubro/07).

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor e Dr. André Costa De Vita
Tel.: (11) 3147-7822
Fax: (11) 3147-7770
Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br / acdevita@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, n.º 1461, 12º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Mauro Akio Sakano
Tel.: (11) 5504-3800
Fax: (11) 5506-8139
Correio Eletrônico: mauro.akio@bakertillybrasil.com.br
Website: www.bakertillybrasil.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição administradora do Fundo, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada por diretores estatutários do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a seu exclusivo critério, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para a negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de poucas Companhias Investidas e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e na Cláusula Quatro do Regulamento do Fundo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto neste parágrafo implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM integrantes de quaisquer setores da economia, de modo que os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos riscos inerentes a qualquer setor da economia do qual as Companhias Investidas sejam integrantes, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O VFPB Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/2004, que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste parágrafo, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado e gerido pela VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório n.º 8.952, de 14 de setembro de 2006, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29.

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Amaury Fonseca Júnior, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.031.556 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 295.353.956-53.

O Administrador presta serviços no mercado de capitais brasileiro desde 2006 e administra aproximadamente mais de R\$ 1,2 bilhão em investimentos no mercado financeiro e de capitais.

Respeitados a regulamentação em vigor e os limites estabelecidos no Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo e à gestão da Carteira, bem como exercer todos os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembleias de acionistas das Companhias Investidas, sejam ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatutos sociais e contratos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas e/ou acordos de investimento, conforme o caso.

4.3.2. Renúncia e Destituição do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste parágrafo, na hipótese de renúncia do Administrador, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo, até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

Além da hipótese de renúncia descrita no parágrafo acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

A custódia qualificada dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, a escrituração das Quotas e a prestação dos serviços de tesouraria do Fundo serão realizadas por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.472.676/0001-72. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, n.º 1461, 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 67.634.717/0001-66, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável ao Fundo, de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no Regulamento.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

4.6. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Administrador, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Sem prejuízo do disposto acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Fechadas, tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

4.6.1. A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto abaixo ("Outros Ativos").

Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no item (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;

- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item (i) do parágrafo acima, o Administrador convocará imediatamente Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre (a) a prorrogação do prazo previsto no referido item ou (b) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas, que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

4.7. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 10 (dez) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam os critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta do Regulamento, mediante decisão e orientação do Administrador.

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Administrador, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Administrador e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de novos investimentos necessários nas Companhias Investidas e/ou em suas subsidiárias.

4.8. Período de Liquidação dos Investimentos

No 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo.

4.9. Emissão de Novas Quotas

Emissões de Novas Quotas, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, ao passo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao valor da Quota do dia útil imediatamente anterior à data da deliberação, pelo Administrador ou pela Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso, da respectiva emissão de Novas Quotas, calculado mediante a divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à data da deliberação de tais Novas Quotas.

4.10. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.10.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e pertencem a uma única classe, sendo que todas terão forma nominativa, serão escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.10.2. Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por até 1.000.000 (um milhão) de Quotas.

O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão, na Primeira Data de Emissão, será correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando a Primeira Emissão, na Primeira Data de Emissão, o montante equivalente a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O Patrimônio Autorizado do Fundo corresponderá a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

4.10.3. Valor das Quotas

Sem prejuízo do valor das Quotas e/ou de Novas Quotas para fins de emissão, integralização ou amortização das Quotas, o qual será calculado de acordo com os termos do Regulamento, as Quotas terão seu valor calculado mensalmente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de apuração do valor das Quotas.

4.10.4. Direito de Voto

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas.

4.10.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou de Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.10.6. Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

4.10.7. Integralização das Quotas da Primeira Emissão

As Quotas da Primeira Emissão do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas, de acordo com os procedimentos descritos abaixo, observado, ainda, o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

Na medida em que o Administrador (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador comunicará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o

aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado, em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto nos parágrafos anteriores será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e Novas Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos parágrafos acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos parágrafos acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 11 (onze) anos contados da data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

4.10.8. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, nos termos do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a aquisição de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas. Neste caso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) Caso algum dos Quotistas deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade, o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas, por meio de correspondência, com cópia para o Administrador, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro como contraprestação à referida alienação de Quotas, além do nome e qualificação de tal terceiro comprador.
- (ii) Observadas as hipóteses de inadimplência dos Quotistas descrita no Regulamento, os demais Quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no inciso anterior, para, por meio de comunicação por escrito ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a compra e venda das Quotas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação. Havendo vários Quotistas interessados, a quantidade de Quotas que cada um terá o direito de adquirir será proporcional à participação total dos Quotistas interessados no Patrimônio Líquido do Fundo.
- (iii) A falta de manifestação por qualquer dos outros Quotistas nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele(s) Quotistas, de que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação a um terceiro, dentro de um prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos outros Quotistas. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas (dentre os inicialmente comunicados aos outros Quotistas e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas.
- (iv) A partir do momento em que todos os Quotistas declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro dos 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira.

- (v) Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iii) acima, sem que as Quotas tenham sido alienadas, e continuando o Quotista Alienante interessado na transferência, deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

4.11. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto no Regulamento.

Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota do dia útil imediatamente anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização, correspondente à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento da respectiva parcela de amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil anterior ao do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, em caso de decisão da Assembléia Geral de Quotistas, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, em um segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão

dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

Salvo no caso do resgate compulsório de que trata o Regulamento, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.12. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado mensalmente, considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Prospecto e no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda fixa serão avaliados pelo seu custo de aquisição atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, ao passo que Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.13. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento, (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos deste Prospecto e do Regulamento e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto neste Prospecto e no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes a amortização ou a resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

4.14. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

Durante ou até o último dia útil do Período de Desinvestimento, a liquidação do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Administrador, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados, e/ou resgate de investimentos realizados pelo Fundo nos termos do Regulamento em Outros Ativos, tais como, mas não se limitando, em quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.15. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Nove do Regulamento.

4.16. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no inciso (i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento).

Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o Regulamento ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador;

- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

4.17. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

Sem prejuízo das obrigações do Administrador contidas no Regulamento, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita mediante aviso, por escrito, aos Quotistas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento, com este Prospecto ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.18. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.18.1. Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à Taxa de Administração equivalente ao percentual de 0,01% (um centésimo por cento) ao ano calculado sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do Fundo, de acordo com o disposto na Cláusula Doze do Regulamento, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima. A Taxa de Administração será provisionada diariamente e a somatória das provisões será apurada no último dia útil de cada mês e paga mensalmente ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

4.18.2. Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;

- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.19. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.19.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Quando necessárias, as conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, decorrentes do investimento em Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil, por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação, tais como, principalmente: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo, na hipótese permitida pelo Regulamento; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados, em regra, pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade e localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Para certas operações, este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). No entanto, a partir de 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida restabelecer a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após a devida aprovação de legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

4.19.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da Carteira e o pagamento realizado no resgate das respectivas Quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

No entanto, desde 1º de Janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o restabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja restabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

4.20. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador e/ou o Distribuidor no seguinte endereço:

Administrador:

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua Hungria, n.º 514, 9º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Chow H. Juei

Tel.: (11) 3817-1600

Fax.: (11) 3817-1623

Correio Eletrônico: fip@visionbrazil.com

Website: www.visionbrazil.com

Distribuidor:

BANCO SANTANDER S.A.

Rua Hungria Bueno, n.º 1400, 4º andar,

São Paulo - SP

At.: Laércio Ramos Jr.

Tel.: (11) 3012-5780

Fax: (11) 3012-7371

Correio Eletrônico: lrjunior@santander.com.br

Website: www.santanderoper.com.br

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF n.º 07.793.323/0001-29

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1. Por este instrumento particular, a **VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
 - a. Constituir um fundo de investimento em participações nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), em regime de condomínio fechado, que será denominado **VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo");
 - b. Aprovar o regulamento do Fundo ("Regulamento"), que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
 - c. Nomear o Sr. Amaury Fonseca Junior, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.031.556 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 295.353.956-53, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
 - d. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo e contratar o Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.472.676/0001-72, para ser responsável pela distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão (conforme abaixo definidos) do Fundo e pelos serviços de controladoria, custódia dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e escrituração de quotas do Fundo;
 - e. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo, composta de 1.000.000 (um milhão) de quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo e pertencentes a uma única classe ("Primeira Emissão" e "Quotas", respectivamente). As Quotas terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão das Quotas da Primeira Emissão corresponderá a

260E001

3-13

RECEBUE
2003
2003



f. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da Primeira Emissão de Quotas, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 391/03 e pela Instrução CVM n.º 400/03 para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao registro de funcionamento do Fundo e à distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão.

- São Paulo, 30 de janeiro de 2008.**

Por: FELIPE NAFFIA Q. NOBRE
Cargo: PROCURADOR

Por: PRIMO ALDRIGUE JUNIOR
Cargo: PROCURADOR

APRESENTADO, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO

SÃO PAULO, 31/01/2008

Substitutos do Oficial

CAMILE C. HOMEM RUILO; RICARDO NARANJO; EDER CASTRO RESENDE; MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R\$.	EST R\$	IPE R\$.	RC	TJR\$:	TOTAL R\$
6.014,23	1.709,31	1.266,16	316,54	316,54	0.622,70

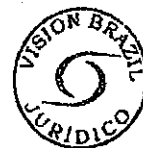
SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1003092

2000

RECEIVED
FEB 11 1963
U. S. AIR FORCE



ANEXO II AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo

14 MAI 2008 1023001

RUA BOA VISTA

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF n.º 07.793.323/0001-29

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 09.348.076/0001-87

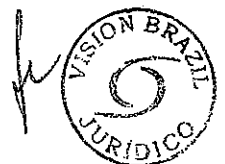
1. Por este instrumento particular, a **VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"),

CONSIDERANDO QUE:

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 30 de janeiro de 2008, e o seu regulamento registrado no 9º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 31 de janeiro de 2008, sob n.º 1003092 ("Regulamento"); e
- (ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer quotista;

resolve:

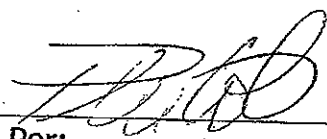
- a. Alterar o Regulamento, inclusive, mas não se limitando, para fins de cumprimento de exigências formuladas pela CVM no âmbito do pedido de registro de distribuição pública de quotas da primeira emissão do Fundo;
- b. aprovar a nova versão do Regulamento, a qual segue anexa a este instrumento particular de alteração; e



- c. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento.
2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 12 de maio de 2008.

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.



Por:
Cargo:



Por:
Cargo:

90 **OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**
R.T.D.R.J. E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Pabx (11) 3101-4501
CNPJ: 68.157.387/0001-28 Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial de Registro

APRESENTADO, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO
AVERBADO À MARGEM DO REGISTRO Nº 1003092

SÃO PAULO, 14/05/2008
Substituto do Oficial

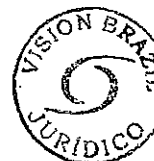
CAMILLE C. HOMEM RULO / RICARDO NARANJO / EDER CASTRO RESENDE / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R\$:	EST R\$:	IPE R\$:	RC R\$:	IO R\$:	TOTAL R\$:
118,70	33,87	25,19	6,22	8,22	190,20

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

01023001

14 MAI 2008
1023001
Nº 1003092



ANEXO III AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

**REGULAMENTO DO
VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

**CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. – O VFPB Fundo de Investimento em Participações (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), podendo ser prorrogado mediante proposta do Administrador (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de quotas (as "Quotas").

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409/2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição

10003201

14 MAI 2008

REGISTRO DE INSTRUMENTOS PARTICULARES
DE INVESTIMENTOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO
EM PARTICIPAÇÕES



e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação aplicável ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. - Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será(ão) denominada(s) simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. - Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. - Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM nos termos da Instrução CVM nº 202/93 ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de

RUA EDA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

16 MAI 2001 1023001

REGISTRO EM MOVELAR Nº
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
\$ OFICIAL DE REGISTRO DE



aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Administrador, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido) serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

10003201
14 MAI 2003
NÚMERO DE REGISTRO
314-22 ANDAR
RUA BOA VISTA

3



4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;

RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR

1023001

14 MAI 2008

RECEBIMOS DO ADMINISTRADOR
O VALOR DE R\$ 30.000,00
EM 14/05/2008



- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e deste Regulamento.

4.3.1. - Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará imediatamente Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (a) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (b) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas, que sejam referentes aos Investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

4.4. - Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. - O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

4.6. - Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:

- a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo

AVONIA 2-715 EN
RUA BOA VISTA

1008201 14 MAI 2013

5



Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

1003201
14 MAI 2003
RUA BOA VISTA
Nº 314-2º ANDAR
9º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
RECEBIMOS EM
14 MAI 2003



CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 10 (dez) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam os critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Administrador.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Administrador, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Administrador e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de novos investimentos necessários nas Companhias Investidas e/ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, busquem propiciar aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de o Administrador entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo, após a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, o Administrador convocará a Assembléia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1003201

14 MAI 2011

INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA
DE QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
EM VALORES MOBILIÁRIOS



CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por até 1.000.000 (um milhão) de Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão, na Primeira Data de Emissão (conforme definido abaixo), será correspondente a R\$1.000,00 (mil reais) ("Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão, na Primeira Data de Emissão, o montante equivalente a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O patrimônio autorizado do Fundo corresponderá a R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ("Patrimônio Autorizado").

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 11 (onze) anos contados da data de registro do Fundo e da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão ("Novas Quotas"), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas a exclusivo critério do Administrador sem necessidade de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, ao passo que emissões de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao valor da Quota do dia útil imediatamente anterior à data da deliberação, pelo Administrador ou pela Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso, da respectiva emissão de Novas Quotas, calculado



1023001

14 MAI 2008

RECEBIMOS DO ADMINISTRADOR DO FUNDO
R\$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais)
em 14 de Maio de 2008.

mediante a divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à data da deliberação de tais Novas Quotas.

6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – Sem prejuízo do disposto nos itens 6.2.1., 7.5.1. e 7.7.2., as Quotas terão seu valor calculado mensalmente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

1023001
14 MAI 2011
RUA BOA VISTA
Nº 314 - ZERANDAR
OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
RECEBIMOS EM 14/05/2011
Nº 314 - ZERANDAR



7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada emissão de Quotas e Novas Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.2. – As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. Novas Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo serão subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições estabelecidos no ato de deliberação da emissão de tais Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou de Novas Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.5. – Integralização das Quotas da Primeira Emissão

7.5.1. – Exceto pelo preço de integralização das Quotas a ser desembolsado na data de realização da primeira integralização de Quotas, o qual corresponderá ao Preço de Emissão, as Quotas da Primeira Emissão do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à data da integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas, de acordo com os procedimentos descritos abaixo, observado, ainda, o disposto em

17 MAI 2001
1023001
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
BRASILIA - DF
1023001
17 MAI 2001
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
BRASILIA - DF

10



cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo ("Preço de Integralização").

7.5.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial ("Primeira Data de Emissão").

7.5.2. – Na medida em que o Administrador (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador comunicará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

7.5.4. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.5. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.5.6. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.5 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e Novas Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

7.5.7. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

10003001
17 MAI 2010
RUA DO VISIA
Nº 317-2º ANDAR
BRASILIA-DF
05.000.000.000.000
05.000.000.000.000



7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento (o "Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.7. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas do Fundo, nos termos descritos no item 6.2.2. acima e no item 7.9.5. abaixo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas e/ou Novas Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes a amortização ou a resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.



1003201

17 MAI 2008

RECEBUEIRO
CONTABILIDADE GERAL
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas, será considerado o valor da Quota do dia útil imediatamente anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização, correspondente à divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos apurados no dia útil imediatamente anterior à data do pagamento da respectiva parcela de amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia útil anterior ao do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, em caso de decisão da Assembléia Geral de Quotistas, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

1008201 14 MAI 2001
RUA BOA VISTA Nº 314-ZEANDAR
14 MAI 2001
SE CANTO DE TRIBUTAÇÃO
BOULEVARD DE BRASÍLIA
BRASIL - FONE (061) 3412-1000



- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, em um segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

17 MAI 2014
1023001
RUA SOA VISTA
Nº 314-23 ANDAR
BRUNO VIEIRA - FIC EN

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá registrar as Quotas para negociação no Mercado de Balcão Organizado de Renda Variável, mantido e operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

7.9.2. - Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

7.9.5. – Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a aquisição de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas. Neste caso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) Caso algum dos Quotistas (o "Quotista Alienante") deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade, o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas, por meio de correspondência, com cópia para o Administrador, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro como contraprestação à referida alienação de Quotas, além do nome e qualificação de tal terceiro comprador.

1023001
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
14 MAI 88
SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
RECEBIMOS EM 14/05/88 Nº

15



- (ii) Observado o disposto no item 7.6.1. acima, os demais Quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no inciso anterior, para, por meio de comunicação por escrito ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a compra e venda das Quotas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação. Havendo vários Quotistas interessados, a quantidade de Quotas que cada um terá o direito de adquirir será proporcional à participação total dos Quotistas interessados no Patrimônio Líquido do Fundo.
- (iii) A falta de manifestação por qualquer dos outros Quotistas nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele(s) Quotistas, de que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação a um terceiro, dentro de um prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos outros Quotistas. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas (dentre os inicialmente comunicados aos outros Quotistas e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas.
- (iv) A partir do momento em que todos os Quotistas declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro dos 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira.
- (v) Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iii) acima, sem que as Quotas tenham sido alienadas, e continuando o Quotista Alienante

17 MAI 2011
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

1003201

ESPECIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº 1003201



interessado na transferência, deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

7.9.6. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a seu exclusivo critério, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefícios de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;

AVENIDA ZILDE R
Nº 314 - 2º ANDAR
RUA BOA VISTA

1023001

14 MAI 2011

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
RECEBIMOS EM 14/05/2011
Nº 1023001



- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xii) aprovar despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.



9.2. – A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. – A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

17 MAI 1991
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
1023001
SE OFICINA DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº 1023001



- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que



1023001

14 MAI 88

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº

RUA BOA VISTA
Nº 317-28 ANDAR
BOA VISTA

eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado mensalmente, considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda fixa serão avaliados pelo seu custo de aquisição atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, ao passo que Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados pelo seu custo de aquisição;

1023001

17 MAI 2011

ESPECIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MOVELAR



- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – Durante ou até o último dia útil do Período de Desinvestimento, a liquidação do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Administrador, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados, e/ou resgate de investimentos realizados pelo Fundo nos termos deste Regulamento, em Outros Ativos, tais como, mas não se limitando, em quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim

1023001

17 MAI 88

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº:
RUA BOA VISTA Nº 316 - 2º ANDAR
1023001



como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado e gerido pela **VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.952, de 14 de setembro de 2006, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, n.º 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29.

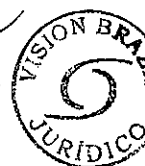
14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo e à gestão da Carteira, bem como exercer todos os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembleias de acionistas das Companhias Investidas, sejam ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatutos sociais e contratos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas e/ou acordos de investimento, conforme o caso.

14.3. – O Administrador poderá renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação por escrito desse item. Independentemente do

1023001

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
RECEBIMOS EM MICROFILME Nº
14 MAR 2007

23



disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo, até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Caso a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o item 14.3. acima (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador; ou (ii) não obtenha quorum suficiente, observado o disposto na Cláusula Nove acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador, ou, ainda, sobre a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral de Quotistas.

14.5. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

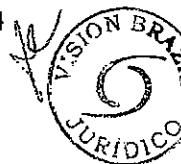
15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 0,01% (um centésimo por cento) ao ano calculado sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do Fundo, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima. A Taxa de Administração será provisionada diariamente e a somatória das provisões será apurada no último dia útil de cada mês e paga mensalmente ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

17.1. MAI 2008
1023001
RUA BOA VISTA
Nº 314-28 ANDAR
Nº 314-28 ANDAR

24



- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
- (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas

1003201

14 MAR 2011

ST. OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MECANISMO DE

25



de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembléia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

RUA BOA VISTA
Nº 316 - 2º ANDAR

1023001

16 MAI 2011

INSTRUMENTO DE CANCELAMENTO
DE REGISTRO DE DOCUMENTOS
DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE
IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

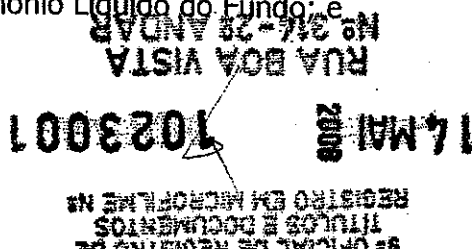
17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita mediante aviso, por escrito, aos Quotistas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e



(b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

CLÁUSULA DEZOITO – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

18.1. – Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("Câmara"), de acordo com o regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara").

1023001
14 MAI 2011
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR
OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MOÇÃO DE N

28



18.2. – A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

18.3. – Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

18.4. – Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

18.5. – Em face da presente cláusula compromissória acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas.

19.2. – O Fundo não cobrará taxa de desempenho, bem como taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

19.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros

1023001

16 MA 71

INSTITUTO DE INVESTIMENTOS
SOLIMÉIS E BOMBA
DO CARIÓTIPO DO TUMOR



19.4. – O Fundo não possui comitês e conselhos de qualquer natureza.



ANEXO IV AO PROSPECTO

Declarações do Administrador e do Distribuidor

DECLARAÇÃO

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria nº 514, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.793.323/0001-29, na qualidade de instituição administradora do **VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta") e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2008.

VISION BRAZIL GESTÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

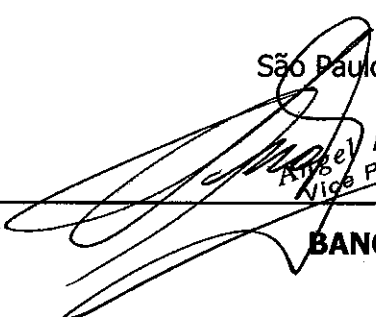
AMAURY FONSECA JUNIOR
DIRETOR

FELIPE M.Q. NOBRE
PROCURADOR

DECLARAÇÃO

BANCO SANTANDER S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.400.888/0001-42, na qualidade de distribuidor das quotas da primeira emissão do **VFPB FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta") e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2008.


Ruyel Agallano
Vice Presidente


Ulrico Barini Filho
Diretor Executivo

BANCO SANTANDER S.A.

